

# Aula 18 – As Revoluções Inglesas e o Iluminismo

Ao final desta aula, você será capaz de:

- **Analisar** as causas sociais, políticas e religiosas que levaram às Revoluções Inglesas no século XVII.
- **Compreender** o processo de transição do absolutismo para a monarquia parlamentar na Inglaterra.
- **Avaliar** os princípios fundamentais do Iluminismo, como o uso da razão, a defesa das liberdades e a crítica ao Antigo Regime.
- **Diferenciar** as contribuições dos principais pensadores iluministas: Locke, Montesquieu, Voltaire e Rousseau.
- **Conectar** os eventos políticos ingleses com o surgimento das ideias que moldaram o mundo moderno.

## Relevância e Aplicação

As ideias de governo limitado, direitos individuais e a separação de poderes, que são pilares das democracias contemporâneas, não surgiram do vácuo. Elas foram forjadas no calor das revoluções e nos debates intelectuais que você estudará hoje. Para estudantes universitários, esta aula é fundamental para compreender a base do pensamento político ocidental. Para candidatos a concursos, dominar esses temas é crucial, pois eles são frequentemente cobrados em provas de conhecimentos gerais e específicos, além de contextualizarem a formação do Estado moderno.

## Roteiro da Aula

1. **O Cenário da Mudança:** A Inglaterra no Século XVII
2. **As Revoluções Inglesas:** Puritana e Gloriosa
3. **O Legado Político:** A Consolidação da Monarquia Parlamentar
4. **A Ponte para as Luzes:** Do Empirismo Inglês ao Iluminismo
5. **Os Pilares do Pensamento:** Locke, Montesquieu, Voltaire e Rousseau
6. Impactos, Legados e Críticas

# O Palco da Mudança: A Inglaterra no Século XVII

Para entender por que a Inglaterra foi o berço de uma revolução que limitou o poder do rei um século antes da famosa Revolução Francesa, precisamos olhar para as profundas tensões que marcavam a sociedade inglesa no início do século XVII. Não se tratava de um único fator, mas de uma confluência de conflitos políticos, religiosos e socioeconômicos que criaram um ambiente explosivo. Politicamente, a dinastia Stuart, iniciada com Jaime I, tentou impor um modelo de **absolutismo monárquico** inspirado no modelo francês, defendendo a teoria do "direito divino dos reis". Essa visão batia de frente com uma forte tradição inglesa de poder compartilhado com o **Parlamento**, um órgão que já existia desde a Idade Média.

A esfera religiosa era igualmente volátil. A Inglaterra era oficialmente **anglicana**, uma religião de Estado controlada pelo monarca, mas havia uma crescente e influente minoria de **puritanos** (calvinistas ingleses). Os puritanos defendiam uma fé mais "pura", sem a hierarquia e os rituais que consideravam resquícios do catolicismo, e pregavam uma moralidade estrita e um forte senso de comunidade. Muitos membros do Parlamento, especialmente na Câmara dos Comuns, eram puritanos e viam a tentativa dos reis Stuart de impor rituais anglicanos como uma ameaça à sua fé e liberdade, suspeitando de uma conspiração para restaurar o catolicismo no país.

Do ponto de vista socioeconômico, a Inglaterra passava por transformações significativas. Uma nova classe social, a **gentry** (nobreza rural com mentalidade capitalista) e uma burguesia mercantil fortalecida pelos cercamentos de terras e pelo comércio marítimo, acumulavam riqueza e poder. Esses grupos dominavam a Câmara dos Comuns e se ressentiam das tentativas do rei de criar novos impostos e monopólios comerciais sem a aprovação parlamentar, vendo tais medidas como um obstáculo à sua expansão econômica. A luta pelo controle dos impostos tornou-se, assim, um dos principais campos de batalha entre a coroa e o Parlamento.

# A Primeira Ruptura: A Revolução Puritana (1642-1649)

As tensões acumuladas ao longo dos reinados de Jaime I e seu filho, Carlos I, explodiram em 1642, dando início a uma sangrenta guerra civil. O estopim foi a tentativa de Carlos I de prender líderes da oposição no Parlamento após este se recusar a aprovar novos impostos para financiar uma guerra contra rebeldes escoceses. Este ato foi visto como a violação final das liberdades parlamentares, dividindo o país em dois campos armados: de um lado, os "Cavaleiros" (*Cavaliers*), que apoiavam o rei e eram majoritariamente compostos pela alta nobreza e clero anglicano; do outro, os "Cabeças Redondas" (*Roundheads*), que apoiavam o Parlamento, liderados pela *gentry*, a burguesia e os puritanos.

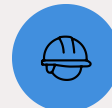
A guerra não foi apenas um conflito militar, mas uma profunda batalha ideológica. De um lado, defendia-se a ordem tradicional baseada no direito divino e na hierarquia. Do outro, emergia uma nova concepção de poder, na qual a soberania deveria residir na lei e nos representantes do povo. A figura central do lado parlamentar foi **Oliver Cromwell**, um membro da *gentry* e puritano fervoroso. Ele reorganizou o exército parlamentar, criando o chamado ***New Model Army***, uma força militar altamente disciplinada, promovida por mérito e não por nascimento, e unida por um forte fervor religioso.

O *New Model Army* provou ser decisivo, derrotando as forças realistas em batalhas cruciais. A guerra culminou em um evento sem precedentes na história europeia: em 1649, o rei Carlos I foi capturado, julgado por traição pelo Parlamento e publicamente decapitado. A execução de um monarca por seus próprios súditos foi um choque para a Europa absolutista e sinalizou de forma dramática que, na Inglaterra, nem mesmo o rei estava acima da lei. Com a morte do rei, a monarquia foi abolida e a República foi proclamada, um período que ficaria conhecido como a *Commonwealth*.



## Cavaleiros (Cavaliers)

- Alta nobreza
- Clero anglicano
- Defensores do direito divino
- Apoiadores do rei Carlos I



## Cabeças Redondas (Roundheads)

- Gentry (nobreza rural)
- Burguesia mercantil
- Puritanos
- Liderados por Oliver Cromwell

# Um Interlúdio Republicano e a Restauração Monárquica

A proclamação da República, ou **Commonwealth**, em 1649, representou uma ruptura radical com séculos de monarquia. Inicialmente governada por um Parlamento depurado de opositores, o poder rapidamente se concentrou nas mãos de **Oliver Cromwell**, que em 1653 assumiu o título de **Lorde Protetor**, tornando-se, na prática, um ditador militar. Seu governo foi marcado por contradições. Externamente, foi um período de grande fortalecimento comercial para a Inglaterra, principalmente devido aos **Atos de Navegação** de 1651. Essa legislação determinava que todas as mercadorias importadas pela Inglaterra deveriam ser transportadas por navios ingleses ou de seus países de origem, um golpe direto na hegemonia marítima holandesa e um impulso decisivo para a marinha mercante britânica.

Internamente, no entanto, o regime de Cromwell foi autoritário e impopular. Sua base de poder puritana impôs uma moralidade rígida, fechando teatros, proibindo jogos e perseguiu católicos, especialmente na Irlanda, onde promoveu massacres brutais. Essa austeridade e a natureza ditatorial do Protetorado geraram um profundo descontentamento na população, que sentia falta das antigas tradições e de uma maior liberdade social. A república que nascera em nome da liberdade parlamentar havia se transformado em uma ditadura pessoal.

Com a morte de Cromwell em 1658, seu filho, Ricardo, não conseguiu manter o poder. O caos político e o anseio popular por estabilidade levaram o Parlamento a tomar uma decisão surpreendente: restaurar a monarquia. Em 1660, Carlos II, filho do rei decapitado, foi convidado a retornar do exílio e assumir o trono. Este período, conhecido como **Restauração**, parecia um retrocesso, mas a experiência revolucionária não havia sido em vão. O novo rei sabia que não poderia governar de forma absolutista como seu pai; ele reinaria, mas com o consentimento e a vigilância de um Parlamento que agora tinha plena consciência de sua força.

## Aspectos Positivos do Governo de Cromwell

- Fortalecimento comercial da Inglaterra
- Implementação dos Atos de Navegação (1651)
- Expansão da marinha mercante inglesa
- Desafio à hegemonia marítima holandesa

## Aspectos Negativos do Governo de Cromwell

- Regime autoritário e ditatorial
- Imposição de moralidade puritana rígida
- Fechamento de teatros e proibição de jogos
- Perseguição religiosa, especialmente aos católicos
- Massacres na Irlanda

# A Revolução Gloriosa (1688): O Triunfo do Parlamento

O período da Restauração foi de relativa calma, mas as tensões religiosas e políticas voltaram a aflorar no reinado de Jaime II, irmão e sucessor de Carlos II, que assumiu o trono em 1685. Jaime II era abertamente **católico**, o que gerou imensa desconfiança tanto na elite anglicana quanto na população protestante. Ele desafiou o Parlamento ao nomear católicos para altos cargos no governo e no exército, e suas ações foram vistas como uma tentativa de restaurar não apenas o catolicismo, mas também o absolutismo. O temor de uma dinastia católica e absolutista se tornou concreto quando sua esposa deu à luz um herdeiro.

Diante dessa ameaça, os líderes do Parlamento, tanto do partido *Whig* (liberal e antiabsolutista) quanto *Tory* (conservador, mas leal à Igreja Anglicana), uniram-se em uma conspiração. Em 1688, eles convidaram secretamente o protestante **Guilherme de Orange**, governante da Holanda e casado com Maria Stuart, a filha protestante de Jaime II, para invadir a Inglaterra e assumir o trono. Guilherme aceitou o convite, desembarcando com seu exército em solo inglês.

O que se seguiu foi notável. Praticamente sem apoio, Jaime II viu seu exército desmoronar e seus aliados o abandonarem. Em vez de lutar uma guerra civil perdida, ele fugiu para a França. Essa transição de poder, realizada sem derramamento de sangue significativo, ficou conhecida como a **Revolução Gloriosa**. Seu caráter "glorioso" reside precisamente nisso: foi uma revolução conduzida pela negociação política e pela manobra de elites, consolidando a vitória do Parlamento sobre a Coroa de forma quase que inteiramente pacífica. Foi a demonstração final de que o poder do monarca não era absoluto e dependia da aprovação das leis e da nação, representadas pelo Parlamento.



# O Legado Político: A Monarquia Parlamentar e a "Declaração de Direitos"

A Revolução Gloriosa não terminou com a coroação de Guilherme e Maria. Antes de serem coroados, eles tiveram que aceitar um conjunto de condições impostas pelo Parlamento, formalizadas na **Declaração de Direitos de 1689** (*Bill of Rights*). Este documento é um dos textos constitucionais mais importantes da história ocidental, pois estabeleceu de forma definitiva os alicerces da **monarquia parlamentar** moderna na Inglaterra. Ele não era uma constituição no sentido estrito, mas uma lei que limitava os poderes do monarca e garantia os direitos do Parlamento.

A Declaração de Direitos estipulava, entre outras coisas, que o rei não poderia suspender leis, criar impostos ou manter um exército permanente em tempos de paz sem a permissão do Parlamento. Também garantia eleições livres e liberdade de expressão dentro do Parlamento, além de proibir que um católico voltasse a ocupar o trono. Com isso, a antiga noção de soberania baseada no "direito divino" foi substituída pela **soberania do Parlamento**. A fórmula política que emergiu pode ser resumida na frase: "**o rei reina, mas não governa**". O poder executivo continuava com o monarca e seus ministros, mas o poder legislativo e financeiro passava firmemente para as mãos dos representantes eleitos.

O impacto dessa mudança foi monumental. A Inglaterra estabeleceu um modelo de governo estável que protegia a propriedade privada e as liberdades individuais (pelo menos para a elite proprietária), criando um ambiente seguro para o desenvolvimento econômico que, um século depois, culminaria na Revolução Industrial. Além disso, o sistema político britânico, com seu equilíbrio de poderes e garantias legais, tornou-se um modelo de admiração e inspiração para filósofos em toda a Europa, que viam na Inglaterra a prova viva de que era possível construir um Estado próspero e livre sem um monarca absoluto.

## 1

### Principais Pontos da Declaração de Direitos de 1689

- O rei não pode suspender ou dispensar leis sem o consentimento do Parlamento
- É ilegal criar impostos sem aprovação parlamentar
- É ilegal manter um exército permanente em tempos de paz sem autorização do Parlamento
- Eleições parlamentares devem ser livres
- Liberdade de expressão e debate dentro do Parlamento
- Proibição de multas excessivas e punições cruéis
- Proibição de católicos no trono inglês

# A Ponte Para as Luzes: Da Revolução Inglesa ao Iluminismo

As Revoluções Inglesas foram mais do que uma série de eventos políticos confinados a uma ilha. Elas funcionaram como um verdadeiro laboratório político e filosófico para o restante da Europa. O sucesso da Revolução Gloriosa em estabelecer um governo limitado e estável, que garantia liberdades civis e religiosas (ainda que limitadas), provou na prática que as ideias sobre governo por consentimento e direitos naturais não eram meras utopias. Este exemplo prático foi a centelha que ajudou a acender a chama do **Iluminismo**, ou **Século das Luzes**, o grande movimento intelectual do século XVIII.

O Iluminismo pode ser definido como um movimento cultural e filosófico que varreu a Europa, defendendo a **razão** como a principal fonte de autoridade e legitimidade. Os pensadores iluministas, conhecidos como *philosophes*, acreditavam que, assim como a Revolução Científica (de Newton, Galileu) havia descoberto as leis que regem o universo, a razão humana poderia descobrir as leis que regem a sociedade, a política e a natureza humana. Eles pregavam a importância da **ciência**, do **progresso** e da **liberdade** individual como os caminhos para tirar a humanidade da escuridão da ignorância, da superstição e da tirania.

Essa "luz" da razão deveria ser aplicada a todos os aspectos da vida, especialmente para criticar as bases do **Antigo Regime**, o sistema político e social que dominava a maior parte da Europa continental. O Iluminismo, portanto, não foi apenas uma corrente filosófica abstrata; foi um movimento de combate, que usava a razão como arma para questionar o absolutismo monárquico, os privilégios da nobreza e do clero, a falta de liberdades individuais e a intolerância religiosa. A Inglaterra pós-1688 era a prova viva de que uma sociedade mais racional, livre e próspera era possível.

## Revolução Inglesa: O Laboratório Político

- Limitação do poder monárquico
- Governo baseado no consentimento
- Proteção de liberdades civis
- Tolerância religiosa (limitada)
- Estabilidade política com prosperidade

## Iluminismo: A Teoria Universal

- Razão como fonte de autoridade
- Crítica ao absolutismo e privilégios
- Defesa das liberdades individuais
- Valorização da ciência e educação
- Busca pelo progresso humano

# O Século das Luzes e a Crítica ao Antigo Regime

O alvo principal dos filósofos iluministas era o que veio a ser chamado de **Antigo Regime**. Esse termo descreve a estrutura de poder predominante na Europa antes da Revolução Francesa, caracterizada por três pilares fundamentais. O primeiro era o **absolutismo monárquico**, que concentrava todo o poder do Estado nas mãos do rei, cuja autoridade era justificada pelo direito divino. O segundo era a **sociedade estamental**, uma organização social rígida dividida em ordens ou "estados": o Primeiro Estado (clero), o Segundo Estado (nobreza) e o Terceiro Estado (todo o resto da população, da burguesia aos camponeses). O clero e a nobreza gozavam de enormes privilégios, como a isenção de impostos, enquanto o Terceiro Estado sustentava todo o peso da nação.

O terceiro pilar era a **economia mercantilista**, na qual o Estado intervinha fortemente na economia, controlando o comércio através de monopólios, tarifas protecionistas e da busca por uma balança comercial favorável. Os iluministas atacaram sistematicamente cada um desses pilares com a lógica da razão. Contra o absolutismo, eles propuseram governos baseados no consentimento e na separação de poderes. Contra a sociedade de privilégios, defenderam a **igualdade de todos perante a lei**. E contra o mercantilismo, os economistas iluministas, como Adam Smith, defenderam a liberdade econômica e o **livre mercado** (*laissez-faire*).

É interessante notar, aplicando uma perspectiva de História Conectada, que essa crítica não se baseava apenas na razão abstrata. Relatos de viajantes sobre outras civilizações, como a China (vista por alguns como um império governado por uma burocracia meritocrática de filósofos) ou as sociedades indígenas das Américas (idealizadas como exemplos de uma pureza original), eram usados para criticar a irracionalidade e a artificialidade da sociedade europeia. Essas visões, ainda que muitas vezes distorcidas, serviam como espelhos para expor as falhas do Antigo Regime e imaginar novas formas de organização social.



## Crítica ao Absolutismo

Proposta: Governos limitados baseados no consentimento dos governados e na separação de poderes



## Crítica à Sociedade Estamental

Proposta: Igualdade de todos perante a lei e fim dos privilégios hereditários



## Crítica ao Mercantilismo

Proposta: Liberdade econômica e livre mercado (*laissez-faire*)

# Os Pilares do Pensamento: John Locke e o Liberalismo

Se as Revoluções Inglesas foram o laboratório, **John Locke** (1632-1704) foi o primeiro grande teórico a sistematizar suas conclusões. Tendo vivido a Restauração e a Revolução Gloriosa, sua obra "Dois Tratados sobre o Governo" (1689) é frequentemente vista como a justificação filosófica para a deposição de Jaime II. Locke é considerado o "pai do **liberalismo político**", e suas ideias formam a base de muitas constituições modernas, incluindo a dos Estados Unidos. Ele demoliu a doutrina do direito divino e apresentou uma teoria revolucionária sobre a origem e a finalidade do governo.

O ponto de partida de Locke é a ideia de **direitos naturais**. Para ele, todos os seres humanos, em seu "estado de natureza" (antes da existência de governos), nascem com direitos inalienáveis concedidos por Deus ou pela razão, que são: **vida, liberdade e propriedade**. O direito à propriedade era particularmente central para Locke, pois ele argumentava que, ao misturar seu trabalho com a natureza, o homem a tornava sua. Esses direitos existem antes e independentemente do Estado, e a função primordial do governo é justamente proteger esses direitos.

A partir daí, Locke desenvolve sua teoria do **contrato social**. Ele argumenta que os indivíduos consentem em formar um governo e abrir mão de parte de sua liberdade (como o direito de fazer justiça com as próprias mãos) para garantir a proteção de seus direitos naturais de forma mais eficaz. O poder do governo, portanto, não é absoluto, mas deriva do **consentimento dos governados**. Se um governo se torna tirânico e viola sistematicamente os direitos naturais que deveria proteger, o povo não apenas tem o direito, mas o dever de se rebelar e instituir um novo governo. Essa ideia do **direito à revolução** foi uma das mais radicais e influentes de seu tempo.



# Desenhando o Estado Moderno: Montesquieu e os Três Poderes

Enquanto John Locke estabeleceu *por que* o governo deveria ser limitado, foi o barão de Montesquieu (1689-1755), um nobre e magistrado francês, quem detalhou *como* essa limitação poderia ser estruturada na prática. Em sua obra monumental, "O Espírito das Leis" (1748), Montesquieu analisou diferentes formas de governo ao longo da história e em diferentes culturas. Sua principal preocupação era encontrar uma maneira de prevenir o despotismo e garantir a liberdade política. Ele concluiu que a liberdade só é possível quando o poder não está concentrado nas mãos de uma única pessoa ou instituição.

A solução proposta por Montesquieu é sua famosa teoria da **separação dos poderes**. Ele argumentou que qualquer Estado possui três tipos de poder: o **Poder Legislativo** (que cria as leis), o **Poder Executivo** (que aplica as leis, administra o Estado e cuida da segurança) e o **Poder Judiciário** (que interpreta as leis e julga os conflitos). Segundo Montesquieu, para que não haja abuso, "é preciso que o poder freie o poder". Portanto, esses três poderes devem ser atribuídos a órgãos independentes e autônomos, que se fiscalizam mutuamente em um sistema de **freios e contrapesos** (*checks and balances*).

Essa estrutura impede que quem faz as leis (Legislativo) seja o mesmo que as executa (Executivo) ou que julga com base nelas (Judiciário). Por exemplo, em um sistema presidencialista moderno inspirado em Montesquieu, o presidente (Executivo) pode vetar uma lei do Congresso (Legislativo), mas o Congresso pode derrubar o veto. O Judiciário, por sua vez, pode declarar uma lei inconstitucional, controlando tanto o Legislativo quanto o Executivo. Essa arquitetura de poder, projetada para moderar o governo e proteger a liberdade do cidadão, tornou-se um princípio fundamental da maioria das constituições democráticas do mundo, incluindo a do Brasil.

## Poder Legislativo

- Cria e aprova as leis
- Representa o povo
- Fiscaliza o Executivo
- Exemplo: Congresso Nacional

## Poder Executivo

- Administra o Estado
- Executa as leis
- Propõe políticas públicas
- Exemplo: Presidente e Ministros

## Poder Judiciário

- Interpreta as leis
- Julga conflitos
- Protege a Constituição
- Exemplo: Tribunais e Juízes

# A Pena Como Arma: Voltaire e a Liberdade de Expressão

Se Montesquieu foi o arquiteto do Estado moderno, **Voltaire** (pseudônimo de François-Marie Arouet, 1694-1778) foi seu mais eloquente e combativo defensor público. Voltaire não foi um filósofo sistemático como Locke ou Rousseau; ele foi um mestre da sátira, do ensaio e do drama, usando sua escrita afiada como uma arma contra a injustiça, a intolerância e a superstição. Exilado na Inglaterra por alguns anos, ele se tornou um grande admirador do sistema político e da liberdade de pensamento que encontrou lá, contrastando-a duramente com o absolutismo e a censura da França.

O principal alvo de Voltaire era a intolerância, especialmente a **intolerância religiosa** praticada pela Igreja Católica, que ele via como uma instituição corrupta e obscurantista. Sua famosa máxima, "Écrasez l'infâme!" ("Esmagai a infame!"), era um chamado à luta contra o fanatismo e a superstição que, segundo ele, levavam à perseguição e à violência. Ele defendia o **deísmo**, a crença em um Deus criador que, como um "relojoeiro", deu corda ao universo e o deixou funcionar segundo suas próprias leis naturais, sem intervir na vida humana. Para ele, a razão, e não a revelação ou o dogma, era o caminho para compreender o divino.

A contribuição mais duradoura de Voltaire foi sua defesa apaixonada da **liberdade de expressão** e de pensamento. A frase frequentemente atribuída a ele, "Não concordo com uma palavra do que dizes, mas defenderei até a morte o teu direito de dizê-lo", embora não seja de sua autoria literal, capta perfeitamente o espírito de sua obra. Ele se envolveu pessoalmente em casos judiciais de perseguição religiosa, como o Caso Calas, usando sua fama para denunciar a injustiça. Para Voltaire, o progresso da sociedade dependia de um debate público livre e aberto, onde todas as ideias, mesmo as mais controversas, pudessem ser discutidas e criticadas. Este princípio continua sendo um pilar (e um desafio) central para as sociedades democráticas hoje.

**"Penso diferente de você, mas lutarei até a morte pelo seu direito de expressar sua opinião."**

— Frase atribuída a Voltaire (embora não seja literalmente dele, capta o espírito de seu pensamento)

## Principais Contribuições de Voltaire

- Defesa apaixonada da liberdade de expressão
- Crítica à intolerância religiosa e ao fanatismo
- Promoção do deísmo como alternativa racional à religião dogmática
- Uso da sátira e do humor como armas contra o obscurantismo
- Ativismo em casos de injustiça, como o Caso Calas

# O Povo no Poder: Rousseau e o Contrato Social

**Jean-Jacques Rousseau** (1712-1778) é talvez o mais complexo e controverso dos grandes iluministas. Embora compartilhasse com os outros a defesa da razão e da liberdade, ele também foi um crítico ferrenho da própria sociedade e do progresso que muitos de seus colegas celebravam. Sua obra mais famosa, "O Contrato Social" (1762), começa com a frase impactante: "O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros". Para Rousseau, a sociedade civil, com sua propriedade privada e desigualdades, corrompeu a bondade natural do ser humano, que ele idealizava na figura do "**bom selvagem**".

A teoria do contrato social de Rousseau difere radicalmente da de Locke. Para Locke, o contrato serve para proteger direitos preexistentes (especialmente a propriedade). Para Rousseau, o contrato social é um ato pelo qual os indivíduos se unem para criar algo inteiramente novo: a **vontade geral** (*volonté générale*). Ao aderir ao contrato, cada cidadão cede todos os seus direitos individuais à comunidade como um todo. Em troca, ele recebe de volta a cidadania e passa a ser parte do corpo soberano. A soberania, para Rousseau, não pode ser representada (ele era um crítico da democracia representativa de Locke e Montesquieu); ela reside diretamente no povo reunido.

A "vontade geral" não é a soma das vontades individuais, mas sim o interesse comum que visa o bem de toda a comunidade. Leis legítimas são aquelas que expressam essa vontade geral. Essa visão tem implicações profundas: ela fundamenta a ideia de **democracia direta** e de soberania popular. Contudo, também abre margem para interpretações perigosas. Quem define a "vontade geral"? E se um indivíduo discordar dela? Rousseau afirma que tal indivíduo deve ser "forçado a ser livre", ou seja, obrigado a obedecer às leis que ele mesmo, como parte do soberano, ajudou a criar. Essa ambiguidade fez com que Rousseau fosse visto tanto como um herói da democracia quanto como um inspirador de regimes totalitários que afirmam falar em nome do "povo".

## Contrato Social de Locke

- Protege direitos naturais preexistentes
- Foco na propriedade privada
- Governo como árbitro e protetor
- Democracia representativa
- Direito à revolução se o governo falhar

## Contrato Social de Rousseau

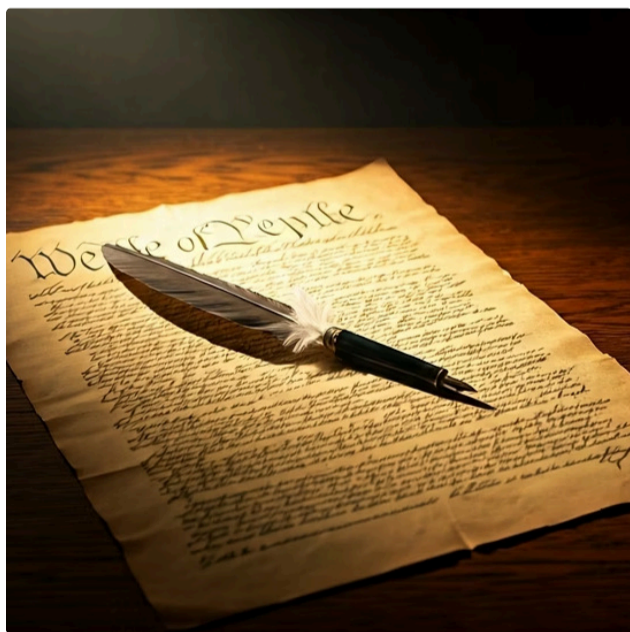
- Cria a "vontade geral" como nova entidade
- Crítica à propriedade privada como fonte de desigualdade
- Cidadãos como parte do corpo soberano
- Democracia direta
- Conceito problemático de "forçar a ser livre"

# Ecos das Luzes: O Impacto Global e as Fontes Diversificadas

As ideias do Iluminismo não ficaram restritas aos salões e cafés de Paris e Londres. Elas se espalharam pelo mundo atlântico e além, inspirando movimentos de reforma e revolução. Na América do Norte, os ideais de Locke sobre direitos naturais e o direito à revolução foram a espinha dorsal da **Declaração de Independência dos Estados Unidos** (1776). Na América Latina, as obras dos *philosophes* circularam clandestinamente e influenciaram os líderes dos movimentos de independência no início do século XIX, como Simón Bolívar, além de conspirações locais como a **Inconfidência Mineira** no Brasil.

O impacto também foi sentido dentro da própria Europa absolutista através do fenômeno do **Despotismo Esclarecido**. Monarcas como Frederico II da Prússia, Catarina II da Rússia e o Marquês de Pombal em Portugal adotaram algumas ideias iluministas, principalmente aquelas relacionadas à racionalização da administração, ao incentivo à educação e à ciência e à limitação do poder da Igreja. No entanto, eles o fizeram de forma seletiva, buscando modernizar e fortalecer seus Estados sem abrir mão de seu poder absoluto. Era uma tentativa de usar as "luzes" para fins pragmáticos, sem abraçar seu potencial revolucionário.

Para reconstruir essa era complexa, os historiadores hoje se valem de **fontes diversificadas**, indo muito além dos grandes tratados filosóficos. A análise de **panfletos** e jornais populares revela como as ideias circulavam e eram debatidas nas ruas. O estudo da **cultura material**, como a arquitetura de novas praças públicas ou o design de interiores de casas burguesas, mostra como os ideais de racionalidade e vida privada se manifestavam no cotidiano. **Registros de salões literários**, geralmente comandados por mulheres da aristocracia, e correspondências pessoais nos dão um vislumbre das redes intelectuais que sustentavam o movimento, oferecendo uma compreensão muito mais rica e completa do Século das Luzes.



## América do Norte

Ideias de Locke sobre direitos naturais e contrato social inspiraram a Declaração de Independência dos EUA (1776)



## Despotismo Esclarecido

Monarcas como o Marquês de Pombal adotaram ideias iluministas para modernizar seus estados, mantendo o poder absoluto



## América Latina

Movimentos como a Inconfidência Mineira no Brasil foram influenciados pelos ideais de liberdade e igualdade do Iluminismo

# Luzes e Sombras: Legados e Críticas ao Iluminismo

O legado do Iluminismo é inegável e define, em grande medida, o mundo em que vivemos. Os ideais de **direitos humanos, democracia, soberania popular, liberdade de pensamento** e a crença na ciência e na educação pública são todos herdeiros diretos do pensamento das Luzes. Esses princípios inspiraram revoluções, derrubaram monarquias, fundamentaram constituições e continuam a ser a base para os movimentos que lutam por maior liberdade e igualdade em todo o mundo. A ideia de que o governo deve servir ao povo e que a razão pode ser usada para melhorar a condição humana é, talvez, sua herança mais poderosa.

Contudo, uma abordagem histórica sofisticada, alinhada às tendências atuais, exige também um olhar crítico sobre as **contradições e limites** do Iluminismo. Muitos dos filósofos que defendiam a liberdade universal mantinham visões profundamente preconceituosas. Alguns participaram ou se beneficiaram do comércio de escravos, e teorias de hierarquia racial começaram a ser desenvolvidas sob uma roupagem "científica" nesta época. O "homem" universal a quem se referiam era, na maioria das vezes, um homem branco, europeu e proprietário.

As mulheres foram amplamente excluídas do projeto iluminista de cidadania, relegadas ao espaço privado, embora figuras como Mary Wollstonecraft já começassem a usar a própria lógica iluminista para reivindicar os direitos das mulheres. Reconhecer essas "sombras" não significa anular a importância do Iluminismo, mas sim compreendê-lo como um produto de seu tempo, com limitações e contradições. A luta para estender os ideais de liberdade e igualdade a todos os grupos – mulheres, povos não-europeus, classes trabalhadoras – foi, e continua sendo, o grande desafio deixado pelas Luzes.

## Legados Positivos

- Defesa dos direitos humanos universais
- Desenvolvimento de sistemas democráticos
- Valorização da ciência e da educação
- Crítica ao poder arbitrário e aos privilégios
- Promoção da tolerância religiosa

## Contradições e Limites

- Exclusão das mulheres da cidadania plena
- Visões eurocêntricas e racistas sobre outros povos
- Participação no comércio de escravos
- Defesa da propriedade que mantinha desigualdades
- Uso da "razão" para justificar hierarquias sociais

# Resumo, Reflexão e Próximos Passos

## Consolidação dos Conceitos

Nesta aula, viajamos da Inglaterra do século XVII, palco das **Revoluções Puritana e Gloriosa**, que resultaram no fim do absolutismo e na implantação da **Monarquia Parlamentar**, até a Europa continental do século XVIII, iluminada pelas ideias do **Iluminismo**. Vimos como o exemplo inglês serviu de base para filósofos que, armados com a **razão**, criticaram o Antigo Regime e propuseram novos modelos de governo e sociedade. Exploramos as ideias centrais de **Locke** (direitos naturais), **Montesquieu** (separação dos poderes), **Voltaire** (liberdade de expressão) e **Rousseau** (vontade geral), compreendendo seus legados e também suas limitações.



## Perguntas para Reflexão

1. De que forma a "Declaração de Direitos" de 1689 na Inglaterra é diferente e, ao mesmo tempo, precursora da "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão" de 1789 na França?
2. Qual a principal diferença entre o contrato social de Locke e o de Rousseau? Qual deles você acredita ter maior influência sobre as democracias atuais? Por quê?
3. Considerando as "sombras" do Iluminismo, como podemos valorizar seu legado de defesa da liberdade e, ao mesmo tempo, criticar suas exclusões?

## Conexão com a Próxima Aula

Vimos como as revoluções na Inglaterra e na filosofia estabeleceram as novas bases políticas e ideológicas do mundo moderno. Contudo, faltava uma última e decisiva transformação para completar o tripé da modernidade. Na próxima aula, **Aula 19 – A Revolução Industrial**, investigaremos a revolução que mudou para sempre a economia, a tecnologia, a sociedade e a forma como vivemos e trabalhamos, começando precisamente na Inglaterra que acabamos de estudar.

## Recursos Adicionais

- **Livro:** "O Iluminismo Radical", de Jonathan Israel. Uma obra densa, mas fundamental para entender as correntes mais transformadoras do movimento.
- **Documentário:** "The Stuarts" (BBC). Oferece uma visão aprofundada do contexto das Revoluções Inglesas.
- **Fonte Primária:** Leia trechos da "Declaração de Direitos de 1689" e do "Contrato Social" de Rousseau para ter contato direto com o pensamento da época.

# Mensagem Final

Compreender os alicerces do pensamento moderno não é apenas um exercício acadêmico; é uma ferramenta para exercer a cidadania de forma crítica e consciente, essencial para seu desenvolvimento profissional e pessoal.

Continue essa jornada!

“

## **Pensamento de Locke**

"O fim maior e principal para os homens unirem-se em sociedades políticas e submeterem-se a um governo é a conservação de sua propriedade."

“

## **Pensamento de Montesquieu**

"Para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder freie o poder."

“

## **Pensamento de Rousseau**

"O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros."

”

”

”

As ideias que estudamos hoje continuam a moldar debates contemporâneos sobre democracia, direitos humanos e o papel do Estado. Ao compreender as origens históricas desses conceitos, você estará melhor equipado para participar ativamente desses debates e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e livre.

Na próxima aula, veremos como a Revolução Industrial complementou essas transformações políticas e filosóficas, criando as condições materiais para o mundo moderno que conhecemos hoje.